

**HABEAS CORPUS Nº 547.672 - SP (2019/0352424-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**IMPETRANTE** : JULMARA LUIZA HUBNER E OUTROS  
**ADVOGADOS** : JULMARA LUIZA HUBNER E OUTRO(S) - PR031852  
FRANCIELLY CONCEIÇÃO DO ROZARIO - PR076460  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : O P L (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. INVIABILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SÚMULA 691 DO STF.

1. A jurisprudência do STJ é assente no sentido de que é incabível *habeas corpus* nas hipóteses em que o impetrante, diante de decisão monocrática do Relator, em vez de aguardar que a irresignação seja submetida ao Colegiado da Corte de origem, impetra diretamente o *writ*. Aplicação da Súmula 691 do STF.

2. No caso concreto, não é possível o acolhimento da pretensão veiculada no presente *habeas corpus*, sob pena de indevida supressão de instância.

3. *Habeas corpus* não conhecido.

**DECISÃO**

1. JULMARA LUIZA HUBNER e outros impetram *habeas corpus* em favor de O. P. L. contra ato de Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu a liminar do *writ*, sob os seguintes fundamentos: a) o inadimplemento da prestação alimentar é confesso; b) a maioria civil do alimentando não exonera automaticamente o alimentante; c) o paciente, pela segunda vez, descumpre o acordo de pagar pensão alimentícia em favor do filho; e d) a ausência de procuração em nome próprio do exequente se trata de mera irregularidade sanável.

Aduzem que o paciente, desde o dia 13.11.2019, encontra-se preso, por força de mandado de prisão expedido em 19.3.2018.

Apontam a existência de vício na procuração do paciente, visto que não se encontra mais representado pela mãe.

Ressaltam que não há motivo para a prisão civil, pois o caráter alimentar de urgência inexistente no caso concreto, máxime porque o paciente atingiu a maioria, é casado,

possui emprego e carro próprio.

Consignam, ainda, que remanesce valor ínfimo em atraso, injustificável para a manutenção da prisão por dívida alimentar, além de a quantia cobrada não integrar a execução que gerou novo mandado de prisão, já que referencia as parcelas vencidas após o acordo.

Requer, por fim, a concessão da ordem de *habeas corpus*, com a consequente expedição do alvará de soltura do paciente.

É o relatório.

DECIDO.

2. Inicialmente, faz-se mister registrar, de plano, que se mostra incabível o presente *habeas corpus*, haja vista que o impetrante, diante da decisão monocrática exarada por Desembargador Relator do TJSP, impetrou *incontinenti* o presente *writ*.

Nesse sentido, é a Súmula 691 do STF, utilizada em aplicação analógica no STJ, segundo a qual "*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de 'habeas corpus' impetrado contra decisão do Relator que, em 'habeas corpus' requerido a tribunal superior, indefere a liminar*".

Consoante se depreende da documentação colacionada ao presente *habeas corpus*, o Desembargador Relator do TJSP, em decisão unilateral, indeferiu a liminar do *writ*, sob os seguintes fundamentos: a) o inadimplemento da prestação alimentar é confesso; b) a maioria civil do alimentando não exonera automaticamente o alimentante; c) o paciente, pela segunda vez, descumpe o acordo de pagar pensão alimentícia em favor do filho; e d) a ausência de procuração em nome próprio do exequente se trata de mera irregularidade sanável.

Veja-se, portanto, que a referida decisão foi proferida monocraticamente.

Dessarte, não é possível o acolhimento da pretensão veiculada no presente *writ*, sob pena de indevida supressão de instância.

O entendimento acima citado é pacífico no âmbito da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. INDEFERIMENTO LIMINAR. ART. 210 DO RISTJ. ORDEM IMPETRADA CONTRA DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INCOMPETÊNCIA DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO DESPROVIDO.

- Compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar *habeas corpus* impetrados nas hipóteses em que a autoridade coatora ou o paciente estejam indicados no art. 105, inciso I, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal.

- No caso, o *writ* foi impetrado contra decisão monocrática de

proferida por relator no Tribunal de origem, a qual não foi impugnada por recurso cabível, objetivando submeter a decisão à apreciação do órgão colegiado. Uma vez não esgotada a instância ordinária, é manifesta, portanto, a supressão de instância. Precedentes do STJ e do STF.

- Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 332.057/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016) [g.n.]

**CRIMINAL. HABEAS CORPUS. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. INVIABILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. IMPETRAÇÃO QUE DEVE SER COMPREENDIDA DENTRO DOS LIMITES RECURSAIS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

I. Esta Corte mantinha o entendimento no sentido do não conhecimento do *habeas corpus* impetrado em face de decisão monocrática, quando a parte não cuidava de interpor agravo interno, em razão do não esgotamento das instâncias ordinárias. A Quinta Turma desta Corte, no entanto, em revisão deste entendimento, passou a admitir o *habeas corpus* nas hipóteses em que, não obstante o esgotamento das instâncias ordinárias por ausência de interposição de agravo interno, restasse evidenciado o trânsito em julgado da decisão impugnada (HC 131.291/MS, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 25/04/2011).

II. Orientação que vai de encontro com a nova inteligência acerca da real amplitude do *habeas corpus*, que não pode ser erigido em remédio para qualquer irresignação, no mais das vezes muito longe de qualquer alegação de violência ou coação contra a liberdade de locomoção.

**III. Dentro dessa nova perspectiva, deve ser reafirmado o entendimento no sentido do não cabimento do *habeas corpus* nas hipóteses em que o impetrante, diante da decisão monocrática do Relator, ao invés de interpor agravo interno, para que sua irresignação fosse submetida ao Colegiado daquela Corte, impetra diretamente o *mandamus*.**

IV. Hipótese dos autos que revela, ainda, uma peculiaridade, eis que a questão de fundo sequer foi alvo de apreciação pelo Desembargador Relator, que extinguiu o processo sem julgamento do mérito, o que inviabiliza de qualquer modo a apreciação da matéria por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

V. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 217.245/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 14/10/2011) [g.n.]

**HABEAS CORPUS – PROCESSUAL CIVIL – DESPACHO INDEFERITÓRIO DE LIMINAR EM 2º GRAU (EM SEDE DE FEITO DE IDÊNTICA NATUREZA) – CONCESSÃO DE LIMINAR – IMPOSSIBILIDADE – “PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA” – INAPLICABILIDADE, EM FACE DA**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

**I – Eventual decisão do Superior Tribunal de Justiça, antes do pronunciamento do Tribunal de origem, pode implicar supressão de instância, ou, até inibi-la de julgar, o que extrapolaria o princípio da razoabilidade. Precedentes.**

II – O instituto do depositário infiel tem base constitucional (art. 5º, inciso LXVII), não se admitindo a prevalência de tratado (“Pacto de San José da Costa Rica”) sobre norma expressa na Magna Carta. Precedentes.

III – HABEAS CORPUS DENEGADO.

(HC 87.181/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2007, DJe 30/06/2008) [g.n.]

**HABEAS CORPUS. DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. É inviável o conhecimento do *habeas corpus*, uma vez que a defesa se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de origem, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedentes do STJ e do STF. DESMEMBRAMENTO DA AÇÃO PENAL QUANTO À PACIENTE NÃO DETENTORA DE FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. CESSAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ANTE A PRISÃO DO PARLAMENTAR QUE POSSUI FORO PRIVILEGIADO. MATÉRIAS NÃO APRECIADAS NA DECISÃO IMPUGNADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.**

1. A alegada necessidade de desmembramento do feito quanto à paciente e a indigitada cessação da competência do Tribunal de Justiça não foram apreciadas, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre os tópicos, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

2. Consoante informado pela autoridade impetrada, o corréu detentor do foro por prerrogativa de função continua com mandato eletivo de deputado, pois as condenações que lhe foram impostas não transitaram em julgado, inclusive no que se refere à perda do cargo público, estando apenas afastado de suas funções em razão do cumprimento das penas que lhe foram cominadas.

3. É pacífico no Supremo Tribunal Federal o entendimento de que o foro por prerrogativa de função cessa apenas com a perda do mandato, o que, como visto, ainda não ocorreu na espécie, o que revela a inexistência de flagrante ilegalidade passível de ser sanada na via eleita.

4. Habeas corpus não conhecido, cassando-se a liminar concedida.

(HC 407.033/AP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018) [g.n.]

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INEXISTÊNCIA. WRIT IMPETRADO ANTE DECISÃO DO RELATOR QUE NÃO**

CONHECEU DO RECURSO INTERPOSTO NA ORIGEM. FALTA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE. INCOMPETÊNCIA DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não constitui ofensa ao princípio da colegialidade a análise monocrática do habeas corpus pelo relator quando a decisão monocrática for proferida com base na jurisprudência dominante deste Superior Tribunal. Precedentes.

**2. A jurisprudência desta Corte é firme na compreensão de que não tem cabimento o habeas corpus para desafiar decisão singular de Desembargador relator que não conheceu do recurso interposto perante o Tribunal a quo (precedentes).**

3. A provocação da jurisdição desta Corte Superior exige o prévio esaurimento da instância antecedente. Se a defesa não interpôs agravo regimental com o fim de submeter a decisão singular à apreciação do órgão colegiado competente, não se inaugurou a competência deste Tribunal Superior (precedentes).

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no HC 423.705/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 05/04/2018) [g.n.]

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA Nº 691/STF.

**1. A jurisprudência desta Corte firmou posicionamento no sentido de que o habeas corpus não é instrumento viável para reapreciar decisão singular de desembargador expedida em agravo de instrumento, sob pena de usurpação de instância.**

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no HC 406.957/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 01/02/2018) [g.n.]

Veja-se que o entendimento em epígrafe também é perfilhado pelo Supremo Tribunal Federal, conforme atestam os escólios abaixo transcritos:

Agravo regimental em *habeas corpus*. Constitucional. Processual Penal. Legitimidade da atuação do relator na forma regimental (RISTF, art. 21, § 1º). Cerceamento de defesa não caracterizado. Precedentes. **Impetração manejada contra decisão monocrática do relator da causa no Superior Tribunal de Justiça não submetida ao crivo do colegiado por intermédio do agravo interno. Não exaurimento da instância antecedente. Inadmissibilidade do habeas corpus. Precedentes. Teses não analisadas pela instância a quo. Inadmissível supressão de instância. Precedentes.** Inexistência de ilegalidade flagrante. Regimental não provido.

(HC 142748 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 19/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-143 DIVULG 29-06-2017 PUBLIC 30-06-2017) [g.n.]

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE FURTO QUALIFICADO, DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E DE ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. ARTIGOS 155, § 4º, IV, 288 E 311 DO CÓDIGO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR *HABEAS CORPUS*: CF, ART. 102, I, 'D' E 'T'. ROL TAXATIVO. MATÉRIA DE DIREITO ESTRITO. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA: PARADOXO. ORGANICIDADE DO DIREITO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. **AUSÊNCIA DE AGRAVO REGIMENTAL. ÓBICE AO CONHECIMENTO DO RECURSO NESTA CORTE. AUSÊNCIA DE DECISÃO DE MÉRITO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. A custódia preventiva para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal justifica-se ante a gravidade *in concreto* do crime. Precedentes: RHC nº 122.872-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 19/11/2014, HC 131.005 AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, DJe 18/10/2016, HC 127.578 AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 29/09/2015 e HC nº 113.203, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 22/08/2014.

**2. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* impetrado per saltum**, porquanto ausente o exame de mérito perante o Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC nº 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, DJe de 9/3/2011, HC nº 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe de 14/3/2011, HC nº 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 8/2/2011, HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 22/02/2011.

3. *In casu*, o recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes tipificados nos artigos 155, § 4º, IV, 288 e 311 do Código Penal.

**4. O *habeas corpus* é inadmissível como substitutivo do recurso cabível, sendo certa ainda a ausência de julgamento do agravo regimental interposto da decisão do Tribunal *a quo* que indeferiu liminarmente o *writ* ali impetrado.**

5. A competência originária do Supremo Tribunal Federal para conhecer e julgar *habeas corpus* está definida, exhaustivamente, no artigo 102, inciso I, alíneas d e i, da Constituição da República, sendo certo que o paciente não está arrolado em qualquer das hipóteses sujeitas à jurisdição desta Corte.

6. Agravo regimental desprovido.

(HC 137207 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 02/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-128 DIVULG 14-06-2017 PUBLIC 16-06-2017)

Agravo regimental no *habeas corpus*. Argumentos insuficientes para modificar a decisão ora agravada. Questões não analisadas pelas instâncias antecedentes. Dupla supressão de instância. Precedentes. **Impetração dirigida contra decisão monocrática de relator de *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça. Decisão não submetida ao crivo do colegiado. Ausência de interposição de agravo interno. Não exaurimento da instância antecedente. Precedentes.** Regimental não provido. 1. Segundo a remansosa jurisprudência da Corte, “não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão de Relator que, em HC requerido a Tribunal Superior, indefere liminarmente o pedido com supedâneo na Súmula 691 desta Corte. Essa circunstância impede o exame da matéria por este Tribunal, sob pena de se incorrer em dupla supressão de instância, com evidente extravasamento dos limites da competência descritos no art. 102 da Carta Magna” (HC nº 117.761/SP, Segunda Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 4/10/13). 2. Não se admite a impetração de *habeas corpus* que se volte contra decisão monocrática do relator da causa no Superior Tribunal de Justiça que não tenha sido submetida ao crivo do colegiado por intermédio do agravo interno, por falta de exaurimento da instância antecedente. 3. Os argumentos do agravante são insuficientes para modificar a decisão impugnada. 4. Agravo regimental ao qual se nega provimento. (HC 122324 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 25/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-165 DIVULG 26-08-2014 PUBLIC 27-08-2014)

Não se pode olvidar, ainda, que, na hipótese vertente, não deve ser afastada a Súmula 691 do STF, mormente porque não evidenciada qualquer ilegalidade ou teratologia na decisão impugnada.

Veja-se que qualquer irregularidade na representação do exequente pode ser sanada nos autos do processo de execução de alimentos.

Ademais, além de o próprio paciente confessar que deve alimentos ao filho, não é possível, pelo presente *writ*, apontar que o valor é irrisório, até mesmo porque há controvérsia sobre o montante efetivamente devido, situação que não pode ser solucionada na sede sumária do *habeas corpus*.

Veja-se que esta Corte Superior possui entendimento segundo o qual o pagamento parcial do débito alimentar não é apto a afastar a regularidade do decreto prisional.

À guisa de exemplo:

CIVIL. *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO. PENSÃO ALIMENTÍCIA ENTRE EX-CÔNJUGES. INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR. PRISÃO CIVIL. ALEGADO EXCESSO DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. CAPACIDADE

FINANCEIRA DO EXECUTADO E REVISÃO DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PARA O INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DÉBITO PRETÉRITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. INADIMPLEMENTO DAS TRÊS PARCELAS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO E DAS QUE VENCERAM NO CURSO DA AÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 309 DO STJ. HABEAS CORPUS DENEGADO.

[...]

**5. Há orientação pacificada no STJ de que o não pagamento integral das prestações alimentares devidas autoriza a prisão civil do devedor de alimentos.**

6. Ordem denegada.

(HC 333.214/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 10/12/2015) [g.n.]

*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO - PRISÃO CIVIL - DEVEDOR DE ALIMENTOS - WRIT DENEGADO PELA CORTE LOCAL. REEDIÇÃO DA AÇÃO CONSTITUCIONAL PELO DEVEDOR.

[...]

**3. O pagamento parcial do débito não afasta a regularidade da prisão civil, porquanto as quantias inadimplidas caracterizam-se como débito atual, nos exatos termos da aludida súmula.**

4. A análise aprofundada acerca da alteração da situação econômica do devedor demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é descabido em se tratando da via estreita do habeas corpus.

5. Habeas Corpus substitutivo de recurso ordinário conhecido, denegando-se a ordem.

(HC 252.243/PR, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 04/04/2013) [g.n.]

*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. ADIMPLEMENTO PARCIAL DO DÉBITO. ENUNCIADO N. 309 DA SÚMULA DO STJ.

**1. O pagamento parcial do débito não afasta a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos** (RHC 26.132/RJ, relator Ministro Vasco Della Giustina; RHC 24.236/RJ, relatora Ministra Nancy Andrichi; RHC 2.3364/MG, relator Ministro João Otávio Noronha).

2. Ordem denegada.

(HC 212.327/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 11/10/2011, DJe 21/10/2011) [g.n.]

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. *HABEAS CORPUS*. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PENSÃO ALIMENTÍCIA.

- É cabível a prisão civil do alimentante inadimplente em ação de execução contra si proposta, quando se visa ao recebimento das últimas três parcelas devidas a título de pensão alimentícia, mais as que vencerem no curso do processo.

**- O pagamento parcial do débito não afasta a possibilidade de**



**prisão civil do alimentante executado.**

- Inviável a apreciação de provas na via estreita do HC.
- Ordem denegada.

(HC 220.768/RJ, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2012, DJe 16/04/2012) [g.n.]

*HABEAS CORPUS*. ALIMENTOS. EXECUÇÃO. PAGAMENTO PARCIAL. PRISÃO CIVIL. CABIMENTO.

**1. O pagamento parcial do débito alimentar não afasta a possibilidade de prisão civil do devedor.**

2. O habeas corpus não constituiu via idônea para albergar contendas acerca da desoneração ou redução da obrigação alimentar, questões cujo debate deve ser suscitado no juízo cível por meio de ação própria.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 102.342/RJ, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, QUARTA TURMA, julgado em 26/05/2009, DJe 08/06/2009) [g.n.]

*HABEAS CORPUS* - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - PAGAMENTO PARCIAL DAS VERBAS ALIMENTARES ATUAIS - PRISÃO CIVIL - POSSIBILIDADE - APLICABILIDADE DO ENUNCIADO N. 309/STJ - AFERIÇÃO DA CONDIÇÃO ECONÔMICA DO DEVEDOR E DA NECESSIDADE DO ALIMENTANDO - MATÉRIA DE PROVA - IMPOSSIBILIDADE NA ESTREITA VIA COGNITIVA DO WRIT - PENDÊNCIA DE AÇÃO REVISIONAL - CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO BASEADA NO ART. 733, CPC - NECESSIDADE - ORDEM DENEGADA.

(HC 111.203/GO, Rel. Ministro **MASSAMI UYEDA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 05/12/2008) [g.n.]

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS* - PRISÃO CIVIL - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - PAGAMENTO PARCIAL - INTIMAÇÃO DETERMINANDO A COMPLEMENTAÇÃO, SOB PENA DE PRISÃO - AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.

[...]

**2 - Ademais, consoante entendimento desta Corte, o pagamento parcial dos alimentos não elide o decreto prisional.** (Precedente: HC 22.988/PR, Rel. Ministro **SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA**, DJU de 19/11/2002).

3 - Recurso desprovido.

(RHC 16.996/RS, Rel. Ministro **JORGE SCARTEZZINI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2005, DJ 01/07/2005, p. 536) [g.n.]

*HABEAS CORPUS*. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. PAGAMENTO PARCIAL DO DÉBITO. FATOS CONTROVERTIDOS.

**Afigura-se perfeitamente cabível a ordem de prisão civil quando o pagamento do débito alimentício não alcança as prestações que venceram ao longo da ação de execução, limitando-se às três últimas vencidas antes do ajuizamento da ação.**

Fatos controvertidos que ensejam dilação probatória não comportam acolhida em sede de habeas corpus.

Ordem denegada.

(HC 40.441/SP, Rel. Ministro **CESAR ASFOR ROCHA**, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2005, DJ 01/07/2005, p. 537) [g.n.]

**HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. PAGAMENTO PARCIAL. DESPESAS ESCOLARES. IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA. EXAME. IMPOSSIBILIDADE.**

**I - O devedor de alimentos, para livrar-se da prisão civil, deve pagar as três últimas prestações vencidas, em sua totalidade, e não apenas parcialmente. No caso, embora pagas as três últimas parcelas devidas a título de alimentos, as mensalidades escolares, incluídas na prestação alimentícia, encontram-se atrasadas.**

II - Não cabe examinar, em habeas corpus, aspectos probatórios, como a falta de condições financeiras para o cumprimento de obrigação alimentícia.

(HC 22.988/PR, Rel. Ministro **SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2002, DJ 19/12/2002, p. 365) [g.n.]

Aliás, esse também é o posicionamento do Supremo Tribunal Federal:

**HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO CIVIL. PAGAMENTO PARCIAL. MATÉRIA DE PROVA. Muito embora o paciente tenha realizado o pagamento das pensões reclamadas, a decretação da nova prisão teve por base a não comprovação do pagamento das mensalidades escolares. A verificação da quitação do débito é matéria de prova que não respalda a utilização do remédio heróico. Habeas corpus indeferido.**

(HC 82780, Relator(a): Min. **NELSON JOBIM**, Segunda Turma, julgado em 16/03/2004, DJ 02-04-2004 PP-00027 EMENT VOL-02146-04 PP-00740) [g.n.]

Naquela oportunidade, conforme se observa, o STF decretou a prisão do devedor que estava em débito apenas com relação as mensalidades escolares do alimentando, apesar de estar em dia com as demais parcelas da obrigação alimentar, *verbis*:

O *HABEAS* tem como objetivo a revogação da prisão civil do PACIENTE, em razão de débito alimentar.

Era devedor das pensões dos meses de março a agosto/01, das mensalidades escolares do ano de 2001 e matrícula de 2002 (fls. 27/31). Todavia, o juízo exequente limitou o débito aos meses de junho, julho e agosto/01, referente às três últimas parcelas vencidas, além das mensalidades escolares do ano de 2001 e matrícula de 2002, a ser executado nos termos do art. 733 do CPC (fls. 42).

**É que no acordo entabulado entre o PACIENTE e a genitora da exequente, nos autos dos processos de alimentos e regulamentação de visitas, aquele ficou obrigado a arcar com os alimentos no importe de 1 salário mínimo, bem como com as despesas de médico, dentista, hospitais e educação (fls. 37).**

A impetrante trouxe aos autos comprovantes de depósitos efetuados pelo PACIENTE nos dias 30/10/2001 (fls. 53) e 22/11/2001 (fls. 55 e 57).

Comprovou o pagamento das pensões dos meses de junho a outubro de 2001, das mensalidades escolares do ano de 2001 e da matrícula de 2002 (fls. 56).

**Todavia, em 19 de março de 2002, foi decretada novamente a prisão do PACIENTE, sob alegação de que o mesmo não comprovou o pagamento das mensalidades escolares pendentes até aquela data (fls. 66).**

**Pelas informações prestadas pelo juízo da 3ª Vara de Família da Comarca de Curitiba, remanesce a dívida escolar desde 01/01/2002 (fls. 114).**

Assim, as alegações apresentadas pela impetrante na inicial não mais se justificam, em razão do motivo da decretação da prisão.

Não mais se discute dívida passada.

**O que fundamenta o novo decreto de prisão são as mensalidades escolares vencidas durante a marcha do processo, às quais o PACIENTE também estava obrigado.**

Ademais, da forma como está instruído o presente HABEAS, não é possível a verificação da quitação dos débitos, a ensejar a liberação do PACIENTE.

Neste ponto, bem fundamentou a Subprocuradora-Geral da República:

" 11. Assim, não há ilegalidade na decretação da prisão. **O paciente não apresentou justificativas plausíveis para não efetuar o pagamento da pensão em atraso, havendo atraso na mensalidade, podendo, inclusive a menor, já ter perdido a matrícula na escola.** Ademais, não cabe examinar, em habeas corpus, aspectos probatórios, como a falta de condições financeiras para o cumprimento de prestação alimentícia.

[...]

Conheço do HABEAS e o indefiro. [g.n.]

Por fim, a questão da maioria e dos demais argumentos apontados pelo paciente no intuito de comprovar a independência financeira do filho não demonstram a efetiva desnecessidade da percepção de alimentos.

De fato, o remédio heroico não é o instrumento cabível para avaliar as reais condições do devedor de alimentos e do alimentando, nem outras que demandem dilação probatória.

Deveras, "de limite augusto, a cognição judicial neste remédio jamais desce à planície valorativa do *error in iudicando*, da injustiça do ato e da valoração da prova. Assim, 'por se tratar de questão controvertida, a capacidade ou incapacidade econômica de prestar alimentos' se mostra inviável na via estreita do *habeas corpus*" (Assis, Araken de. *Da execução de alimentos e prisão do devedor*. 7ª ed. São Paulo: RT, 2011, fl. 203).

Ora, é sabido que o *habeas corpus*, possuindo cognição sumária, é infenso à dilação probatória, tampouco admite aprofundada análise de provas e fatos controvertidos, situação que impede a análise da necessidade de percepção de alimentos de filho que já

atingiu a maioria.

Nesse sentido, ainda:

*HABEAS CORPUS*. PRISÃO CIVIL. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS. RENOVAÇÃO DE DECRETO PRISIONAL. POSSIBILIDADE. CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. QUESTÃO DE FATO. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NA VIA ESTREITA DO WRIT.

[...]

**3. É assente na jurisprudência desta eg. Corte que não é o *habeas corpus* a via adequada para se discutir questões de fato relacionadas à capacidade financeira do executado.**

4. Ordem denegada.

(HC 213.646/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2011, DJe 03/10/2011) [g.n.]

*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. AFERIÇÃO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. ORDEM DENEGADA.

**1. É incompatível com a via do *habeas corpus* a aferição da real capacidade financeira do alimentante em prosseguir com o pagamento da pensão alimentícia, já que, por possuir cognição sumária, não comporta dilação probatória, tampouco admite aprofundada análise de fatos e provas controversos.**

2. O pagamento parcial do débito não afasta a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos (RHC 26.132/RJ, relator Ministro Vasco Della Giustina; RHC 24.236/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi; RHC 2.3364/MG, relator Ministro João Otávio Noronha).

3. Ordem denegada.

(HC 170.688/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) [g.n.]

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. ART. 733, § 1º, CPC. SÚMULA Nº 309/STJ. CAPACIDADE ECONÔMICA DO ALIMENTANTE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SÚMULA Nº 358/STJ.

1. A decretação da prisão do alimentante, nos termos do art. 733, § 1º, do CPC, revela-se cabível quando não adimplidas as três últimas prestações anteriores à propositura da execução de alimentos, bem como as parcelas vincendas no curso do processo executório, nos termos da Súmula nº 309/STJ, sendo certo que o pagamento parcial do débito não elide a prisão civil do devedor.

**2. O *habeas corpus*, que pressupõe direito demonstrável de plano, não é o instrumento processual adequado para aferir a dificuldade financeira do alimentante em arcar com o valor executado, pois demandaria o reexame aprofundado de provas.**

**3. A verificação da capacidade financeira do alimentante e a**

**eventual desnecessidade dos alimentados diante da maioria alcançada demanda dilação probatória aprofundada (Súmula nº 358/STJ), análise incompatível com a via restrita do habeas corpus, que somente admite provas pré-constituídas.**

4. Recurso ordinário não provido.

(RHC 32.088/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 23/04/2012) [g.n.]

*HABEAS CORPUS*. PRISÃO CIVIL. PENSÃO ALIMENTÍCIA. EXECUÇÃO. INCLUSÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR CONSTANTE NO MANDADO PRISIONAL A DESCONSIDERAR DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO QUE REVISOU O VALOR DA PRESTAÇÃO.

**1. Não se presta o presente writ à análise de questões que dependam de dilação probatória, incluindo-se aí a verificação da capacidade financeira do alimentante.**

[...]

4. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

(HC 224.769/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/02/2012, DJe 17/02/2012) [g.n.]

*HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO SINGULAR. TRIBUNAL DE ORIGEM. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. SÚMULA 691 DO STF. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. ANÁLISE DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DO DEVEDOR. PRISÃO CIVIL.

1. Não é cabível *habeas corpus* em face de decisão singular de membro do Tribunal de origem, passível de agravo interno. Aplicação analógica da Súmula 691 do STF. Precedentes.

**2. O *habeas corpus* não é a via adequada para o exame aprofundado de provas a fim de averiguar a condição econômica do devedor, a necessidade do credor e o eventual excesso do valor dos alimentos. Precedentes.**

3. Ordem denegada.

(HC 349.829/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016) [g.n.]

CIVIL. *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO. PENSÃO ALIMENTÍCIA ENTRE EX-CÔNJUGES. INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR. PRISÃO CIVIL. ALEGADO EXCESSO DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. CAPACIDADE FINANCEIRA DO EXECUTADO E REVISÃO DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PARA O INADIMPLETO DA OBRIGAÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DÉBITO PRETÉRITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. INADIMPLETO DAS TRÊS PARCELAS ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO E DAS QUE VENCERAM NO CURSO DA AÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 309 DO STJ.

HABEAS CORPUS DENEGADO.

**1. A via estreita do *habeas corpus* exige prova pré-constituída da ilegalidade afirmada e não comporta dilação probatória, de modo que não cabe ao STJ alterar a conclusão da instância ordinária, formada a partir dos exames dos elementos dos autos, de que não houve modificação do valor da verba alimentar. Inexistência de comprovação de plano do alegado excesso da execução.**

**2. A verificação da incapacidade financeira do executado e a revisão das justificativas apresentadas para o inadimplemento da obrigação demandam dilação probatória, não se mostrando o *writ* a via adequada para este mister. Precedentes.**

[...]

6. Ordem denegada.

(HC 333.214/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 10/12/2015) [g.n.]

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ALEGADO EXCESSO NA EXECUÇÃO. OBRIGAÇÃO ASSUMIDA EM AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE O WRIT FUNCIONAR COMO AÇÃO REVISIONAL OU EXONERATÓRIA DE ALIMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

**1. Se a alegada multa tida por excessiva havia sido convencionada na separação judicial que foi homologada judicialmente e se a execução foi amparada nesse título executivo, a insurgência quanto à aplicação da sanção deve ser discutida em ação de exoneração ou revisional de alimentos, não em *habeas corpus*, em que o campo de atuação é estreito e exige prova pré-constituída do direito alegado.**

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EDcl no RHC 49.987/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 25/11/2014) [g.n.]

CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO CIVIL. INADIMPLÊNCIA DO DÉBITO ALIMENTAR. REDUÇÃO DO VALOR DA PRESTAÇÃO EM AÇÃO REVISIONAL. RETROATIVIDADE. ILIQUIDEZ DA EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. READEQUAÇÃO DA CONTA POR MERO CÁLCULO ARITMÉTICO. PRAZO DA SEGREGAÇÃO DENTRO DOS LIMITES LEGAIS. REDUÇÃO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO *HABEAS CORPUS*. CUMPRIMENTO DA PRISÃO EM REGIME SEMIABERTO. EXCEÇÃO NÃO VERIFICADA NO CASO DOS AUTOS. RECURSO IMPROVIDO.

1. "Os efeitos da sentença proferida em ação de revisão de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação (Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do

excesso pago com prestações vincendas" (EREsp n. 1181119/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/11/2013, DJe 20/06/2014).

**2. Dependendo de mero cálculo aritmético a readequação do valor da execução, não há falar em iliquidez da execução processada sob o rito do art. 733 do CPC, tampouco ilegalidade do decreto de prisão civil.**

**3. Inexistindo ilegalidade na decretação da medida coercitiva por prazo que se situa dentro dos limites fixados na legislação de regência, sua redução pressupõe a reavaliação das circunstâncias específicas da execução, providência inadmissível na via estreita do *Habeas Corpus*.**

4. Somente em hipóteses excepcionais, nas quais fique cabalmente demonstrada a fragilidade do estado de saúde do devedor de alimentos ou sua idade avançada é que o STJ autoriza o cumprimento da prisão civil em regime semiaberto, circunstâncias não verificadas no caso concreto.

5. Recurso ordinário a que se nega provimento.

(RHC 40.309/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 16/12/2014) [g.n.]

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. SENTENÇA EM REVISIONAL EXONERATÓRIA QUANTO ÀS FILHAS MAIORES. PENSÃO DEVIDA À EX-MULHER. MATÉRIA DE FATO COMPLEXA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

**3. Não é o *habeas corpus* a via adequada para o exame aprofundado de provas a fim de averiguar a condição econômica do devedor, a necessidade do credor dos alimentos e o eventual excesso do valor dos alimentos. Precedentes.**

4. Recurso ordinário parcialmente provido

(RHC 31.922/PA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2013, DJe 24/05/2013) [g.n.]

Outrossim, o *habeas corpus* também não é a via idônea para discutir-se eventual ocorrência de independência financeira, a necessidade do credor dos alimentos e o eventual excesso da cobrança.

Com efeito, é firme o entendimento do STJ no sentido de que a sede própria para examinar aspectos probatórios pertinentes ao dever de prestar alimentos é a própria ação de alimentos, em razão da convergência dos elementos fáticos necessários para a decisão sobre as possibilidades do credor e do devedor. Assim, na execução, é possível perscrutar se o descumprimento constitui ato involuntário e escusável (HC n. 3.258-6/MG, relator Ministro Vicente Cernicchiaro; e RHC n. 7.175/RJ, relator Ministro Vicente Leal).

Tal entendimento é igualmente aplicado quando o executado sustenta inexistir motivos para continuar o pagamento de prestação alimentícia, devendo, portanto, ajuizar a

competente ação de exoneração de alimentos.

Em suma, no caso concreto, continuando o paciente devedor de pensão alimentícia, não se mostra ilegal a possibilidade de ocorrer a prisão civil.

**3.** Ante o exposto, não conheço do presente *habeas corpus*, prejudicada a análise do pedido de liminar.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator